

Fusão de emendas pode apressar Transitórias

BRASÍLIA — Os líderes dos partidos na Constituinte reúnem-se hoje com o deputado Ulysses Guimarães para acertar um acordo que permita a votação do capítulo das Disposições Transitórias ainda esta semana. Por esse acordo, serão fundidas as emendas que são consenso entre as lideranças. As cinco questões polêmicas — anistia fiscal, anistia para militares, eleições municipais, *trens da alegria* para servidores públicos e criação do estado do Triângulo — serão decididas pelo plenário até quinta-feira, imagina Ulysses.

A confiança de Ulysses na efetivação do acordo é tamanha que ele já vem promovendo reuniões — como a de ontem de manhã, em sua casa — com o relator Bernardo Cabral para tratar da redação final do texto da nova Carta. Cabral comprometeu-se a entregar o relatório no máximo cinco dias após a conclusão do primeiro turno. No segundo turno poderão ser apresentadas somen-

te emendas supressivas — e, para isso, o parlamentar interessado em suprimir expressão, artigo ou capítulo precisa contar com o apoio de 280 constituintes.

Para o líder do governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), o acordo amplo que será negociado hoje foi a única saída para a votação das transitórias. "Vários grupos, como o de Mário Covas, o *Centrão*, o PFL e o do governo já vinham promovendo estudos sobre o acordo em torno dos temas consensuais", disse Sant'Anna.

Conforme os cálculos do vice-líder Inocêncio de Oliveira (PE), que vem negociando o acordo em nome do PFL, será possível votar a fusão resultante das emendas de consenso amanhã à tarde. "Acredito que até quinta-feira à tarde possamos concluir os trabalhos do primeiro turno", prevê. Nesse caso, a nova Constituição estaria pronta até 10 de julho, pelas contas de Ulysses.

Líder diz que Carta demora

SALVADOR — Os trabalhos de elaboração da nova Constituição vão se prolongar por mais tempo do que tem anunciado o presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, previu o líder do PFL na assembléia, deputado José Lourenço. Adiantando que a nova carta pode só ficar pronta em setembro.

Ao falar sobre a estratégia do partido para o segundo turno da Constituinte, José Lourenço informou que já foram iniciadas as atividades da comissão designada pelo partido e coordenada pelo deputado Romaro Correia (PFL-MG),

que levanta entre os pontos aprovados no primeiro turno, os considerados inconvenientes pelos pefelistas, a fim de serem discutidos com a bancada e, posteriormente, com o colégio de vice-líderes.

Se o senador Marco Maciel não formar uma chapa de consenso, "insistindo em ser candidato apenas da dissidência do PFL", José Lourenço garante que vai se candidatar à presidência nacional do partido. Ele participou das convenções das 11 zonais do PFL em Salvador, realizadas durante todo o dia na Associação dos Funcionários Públicos.

Advogado nega veto militar

PORTO ALEGRE — O advogado gaúcho Wilson Afonso dos Santos, assessor jurídico da Federação Nacional das Associações de Anistia (Fada), ao comentar a perspectiva de votação da anistia ampla aos militares cassados em 1964, esta semana, pela Constituinte, disse que "quem votar contra estará optando pelo lado obscuro da História". Lembrou recente manifestação do brigadeiro Sidney Obino Azambuja, assessor parlamentar do Estado Maior das Forças Armadas, que assegurou que os militares acatarão a decisão dos constituintes.

"O brigadeiro afirmou que os militares não estão pressionando os constituintes em relação à anistia ampla, portanto cabe aos deputados votar com suas próprias consciências", disse Wilson, que embarca hoje para Brasília a fim de acompanhar a votação, acrescentou que a constituinte tem que decidir "soberana e honrosamente sobre a matéria, de modo a preparar definitivamente seqüelas das punições, pois, do contrário, os atingidos

pelos atos de exceção continuarão injustiçados e tendo que lutar pela reconquista de seus direitos."

O regime militar de 64, disse, ao cassar civis e militares tirou-lhes arbitrariamente direitos profissionais e de carreira: "Com as punições, houve um decréscimo da despesa pública, no quanto a eles normalmente se destinaria. Com a verdadeira anistia resultara a devolução de todos os direitos, inclusive os de natureza patrimonial".

Já o brigadeiro Sidney Obino Azambuja, em entrevista ao jornal *Correio do Sul* da cidade de Bagé, sua terra natal, frisou que as Forças Armadas acatarão o que for decidido na Constituinte, mas particularmente considera que "anistia é perdão e não ressarcimento". Segundo ele, o retorno dos cassados aos quartéis seria uma "decepção", além de representar um grande ônus a nação. Até o momento, disse, as relações entre militares e constituintes têm sido as mais amistosas.